

Senhor Presidente da Assembleia,

Senhoras e Senhores Deputados,

Os objectivos do Governo Regional relativamente à Comunicação Social, foram desde o início do nosso mandato, claros e inequívocos.

Em primeiro lugar, garantir um sistema transparente, claro e previsível de apoio à Comunicação Social regional.

Não dependente dos ciclos, conjunturas ou pressões políticas, por forma a garantir a independência, o pluralismo, e a liberdade dos jornalistas e das empresas jornalísticas.

Havia que olhar para a realidade da Comunicação Social insular, e aos inerentes constrangimentos de um mercado pequeno e limitado, com os sobrecustos derivados de exercerem a sua actividade numa Região afectada de forma permanente pela sua condição ultraperiférica.

Era necessário igualmente levar em conta o papel de excepcional importância da Comunicação Social, quer em termos cívicos e sociais, quer em termos culturais e pedagógicos, e ainda como alicerce dinâmico da salvaguarda da pluralidade, independência, e diversidade que são inerentes a um Estado de Direito e a uma Democracia/Autonomia madura e consolidada.

Em segundo lugar, havia que assegurar um novo programa de apoios que fosse potenciador do desenvolvimento, divulgação e bom

funcionamento dos Órgãos de Comunicação regionais já existentes; mas que também pudesse contribuir para o surgimento de novos Media, nomeadamente na vertente escrita ou digital.

Em terceiro lugar, procurou-se através desse regime de apoios garantir a manutenção do emprego ou mesmo promover a criação de postos de trabalho no sector, designadamente através da obrigatoriedade de conservação do quadro de pessoal durante a vigência dos incentivos.

O Programa Regional de Apoios à Comunicação Social Privada, denominado MEDIARAM foi aprovado pelo Decreto Legislativo Regional nº 39/2016/M de 18 de Agosto.

Penso que, após auscultação exaustiva aos responsáveis de todos os Órgãos de Comunicação Social Privados na Região, com vista a recolher as suas críticas e contributos, conseguimos através deste diploma encontrar as soluções mais adequadas para viabilizar as edições impressas de jornais, na Região, assegurando simultaneamente o crescimento do digital.

Ainda recentemente o Director da Associação Portuguesa de Imprensa, o professor João Palmeiro elogiou, sem reticências este modelo, dizendo que *“o programa do Governo Regional é o exemplo de que é possível ter esperança que o papel não morra e que o digital possa ser negócio”*.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Mais do que recolher louros, este Governo procurou fazer aquilo com que se comprometera perante os Madeirenses:

- encontrar uma solução para o Jornal da Madeira de forma a que este não fosse um encargo de três Milhões de euros anuais para os cidadãos;

- garantir a pluralidade de informação, procurando uma solução em que o mercado funciona, os apoios públicos são claros e transparentes e acima de tudo com regras previamente conhecidas e acessíveis por todos;

Estamos, como sempre estivemos, abertos para acolher todas as críticas e sugestões, mas não nos pesa na consciência qualquer ato precipitado ao longo de todo este processo.

Antes pelo contrário.

Fomos cautelosos, dialogantes e o mais inclusivos possível durante os meses que culminaram com a solução encontrada, que assegura a pluralidade de informação em igualdade de oportunidades, na Região Autónoma da Madeira.